Indígena de 17 anos morre após parto induzido em hospital público de Marabá (PA)

Hospital Regional do Sul e Sudeste do Pará — Foto: Reprodução / Agência Pará

Yapê Rê Anambé Guajajara chegou a ter duas paradas cardiorrespiratórias no pós-parto. Ela chegou a ser transferida de hospital municipal para a UTI do Hospital Regional do Sul e Sudeste do Pará, mas não resistiu.

A indígena Yapê Rê Anambé Guajajara, de 17 anos, morreu após ter o parto induzido no Hospital Materno-Infantil de Marabá (HMI), no sudeste do Pará.

A Defensoria Pública do Estado do Pará acompanha diversas denúncias de violência obstétrica que, segundo vítimas e familiares, são praticadas na unidade de saúde.

Segundo a família da jovem, a vítima passou por um parto forçado no último dia 17 de junho no hospital municipal. A paciente foi transferida logo depois para a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Regional do Sul e Sudeste do Pará, onde não resistiu e morreu seis dias após o parto.

O recém-nascido sobreviveu, mas Yapê não resistiu após sofrer duas paradas cardíacas depois de episódio de eclâmpsia. A morte foi confirmada pela de prefeitura de Marabá, responsável pelo hospital municipal.

Yapê é de Itupiranga, cidade vizinha à Marabá, grávida da primeira gestação, com 41 semanas. Parentes da adolescente

apontaram que os médicos da unidade demoraram a agir e a decidir se o parto seria normal ou cesariana enquanto a jovem passava mal.

Pacientes e acompanhantes afirmaram que foram proibidos de usar celulares no local para evitar registros das condições hospitalares precárias.

A gestão municipal de Marabá alegou que Yapê deu entrada na unidade fora de trabalho de parto, com hipertensão arterial leve, sem contrações uterinas e com a vitalidade fetal preservada.

A prefeitura confirmou que foi programada indução medicamentosa do trabalho de parto como melhor conduta para a gestante e o feto pelo ponto de vista dos médicos.

Segundo a gestão, o parto ocorreu sem intercorrências, mas, após o nascimento do bebê, a indígena evoluiu para um episódio de eclâmpsia e, durante um sangramento pós-parto, teve duas paradas cardiorrespiratórias, que foram revertidas com reanimação.

A família da jovem ainda pontuou que não houve realização de exame interno do corpo da vítima pelo Instituto Médico Legal (IML).

Dados do grupo internacional de litígio estratégico da DPE mostraram que, entre 2015 e 2024, foram registrados 61 casos de violência obstétrica e neonatal, além de episódios recorrentes de negligência hospitalar no HMI.

“No entanto, a busca por justiça tem se mostrado ineficaz, pois 49 desses casos foram arquivados pelo Ministério Público sem uma resolução efetiva, deixando vítimas e familiares desamparados”, disse o defensor público Carlos Eduardo Silva.

A prefeitura de Marabá afirmou que os familiares de Yapê receberam assistência e informações sobre o ocorrido. O HMI

disse ainda que está à disposição para outros esclarecimentos.

Na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), foram enviados ofícios que cobram:

informações da direção do HMI sobre o caso, incluindo laudos, prontuários e relatórios médicos;
a abertura de procedimento administrativo para investigar a conduta dos profissionais envolvidos no caso e o encaminhamento ao Conselho Regional de Medicina do Pará (CRM-PA) para a apuração ética e disciplinar da conduta médica;
o monitoramento do caso pelo CEDH, inclusive, junto ao hospital, à Polícia Civil, e às secretarias de saúde do estado e de Marabá
e a requisição, junto ao Instituto Médico Legal (IML), de cópia dos laudos produzidos, justificativa técnica para a não realização de exame interno do corpo da vítima.

O que diz o governo

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), responsável pelo Hospital Regional, informou que a paciente foi transferida no dia 17 de junho do Hospital Materno Infantil de Marabá para o Hospital Regional do Sudeste do Pará Dr. Geraldo Veloso (HRSP), em estado gravíssimo, já entubada e com histórico de hemorragia e duas paradas cardiorrespiratórias.

Ainda de acordo com a Sespa, ela foi internada na UTI, mas veio a óbito no dia 22 e o HRSP não realizou o parto.

A Polícia Civil apura as circunstâncias da morte por meio da Seccional de Marabá. Perícias foram solicitadas e testemunhas estão sendo ouvidas.

Hospital Regional do Sul e Sudeste do Pará — Foto: Reprodução / Agência Pará

Yapê Rê Anambé Guajajara chegou a ter duas paradas cardiorrespiratórias no pós-parto. Ela chegou a ser transferida de hospital municipal para a UTI do Hospital Regional do Sul e Sudeste do Pará, mas não resistiu.

A indígena Yapê Rê Anambé Guajajara, de 17 anos, morreu após ter o parto induzido no Hospital Materno-Infantil de Marabá (HMI), no sudeste do Pará.

A Defensoria Pública do Estado do Pará acompanha diversas denúncias de violência obstétrica que, segundo vítimas e familiares, são praticadas na unidade de saúde.

Segundo a família da jovem, a vítima passou por um parto forçado no último dia 17 de junho no hospital municipal. A paciente foi transferida logo depois para a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Regional do Sul e Sudeste do Pará, onde não resistiu e morreu seis dias após o parto.

O recém-nascido sobreviveu, mas Yapê não resistiu após sofrer duas paradas cardíacas depois de episódio de eclâmpsia. A morte foi confirmada pela de prefeitura de Marabá, responsável pelo hospital municipal.

Yapê é de Itupiranga, cidade vizinha à Marabá, grávida da primeira gestação, com 41 semanas. Parentes da adolescente apontaram que os médicos da unidade demoraram a agir e a decidir se o parto seria normal ou cesariana enquanto a jovem passava mal.

Pacientes e acompanhantes afirmaram que foram proibidos de usar celulares no local para evitar registros das condições hospitalares precárias.

A gestão municipal de Marabá alegou que Yapê deu entrada na

unidade fora de trabalho de parto, com hipertensão arterial leve, sem contrações uterinas e com a vitalidade fetal preservada.

A prefeitura confirmou que foi programada indução medicamentosa do trabalho de parto como melhor conduta para a gestante e o feto pelo ponto de vista dos médicos.

Segundo a gestão, o parto ocorreu sem intercorrências, mas, após o nascimento do bebê, a indígena evoluiu para um episódio de eclâmpsia e, durante um sangramento pós-parto, teve duas paradas cardiorrespiratórias, que foram revertidas com reanimação.

A família da jovem ainda pontuou que não houve realização de exame interno do corpo da vítima pelo Instituto Médico Legal (IML).

Dados do grupo internacional de litígio estratégico da DPE mostraram que, entre 2015 e 2024, foram registrados 61 casos de violência obstétrica e neonatal, além de episódios recorrentes de negligência hospitalar no HMI.

“No entanto, a busca por justiça tem se mostrado ineficaz, pois 49 desses casos foram arquivados pelo Ministério Público sem uma resolução efetiva, deixando vítimas e familiares desamparados”, disse o defensor público Carlos Eduardo Silva.

A prefeitura de Marabá afirmou que os familiares de Yapê receberam assistência e informações sobre o ocorrido. O HMI disse ainda que está à disposição para outros esclarecimentos.

Na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), foram enviados ofícios que cobram:

informações da direção do HMI sobre o caso, incluindo laudos, prontuários e relatórios médicos;
a abertura de procedimento administrativo para investigar a conduta dos profissionais envolvidos no caso e o

encaminhamento ao Conselho Regional de Medicina do Pará (CRM-PA) para a apuração ética e disciplinar da conduta médica;
o monitoramento do caso pelo CEDH, inclusive, junto ao hospital, à Polícia Civil, e às secretarias de saúde do estado e de Marabá
e a requisição, junto ao Instituto Médico Legal (IML), de cópia dos laudos produzidos, justificativa técnica para a não realização de exame interno do corpo da vítima.

O que diz o governo

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), responsável pelo Hospital Regional, informou que a paciente foi transferida no dia 17 de junho do Hospital Materno Infantil de Marabá para o Hospital Regional do Sudeste do Pará Dr. Geraldo Veloso (HRSP), em estado gravíssimo, já entubada e com histórico de hemorragia e duas paradas cardiorrespiratórias.

Ainda de acordo com a Sespa, ela foi internada na UTI, mas veio a óbito no dia 22 e o HRSP não realizou o parto.

A Polícia Civil apura as circunstâncias da morte por meio da Seccional de Marabá. Perícias foram solicitadas e testemunhas estão sendo ouvidas.

Fonte: g1 Pará — Belém e Publicado Por: https://www.adeciopiran.com.br em 25/06/2025:18:00:00 Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog https://www.adeciopiran.com.br (93) 98117 7649/ e-mail: mailto:adeciopiran.blog@gmail.com

Slots, Slots, Slots – Tudo o que você precisa saber